

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Nem Telefónica nem administração podem propor já dividendo da PT

O presidente da assembleia-geral da PT recusou incluir distribuição de um euro na reunião de accionistas

ALEXANDRA MACHADO
amachado@negocios.pt

Os accionistas da Portugal Telecom não vão discutir a distribuição de dividendos extraordinários motivados pela possível decisão de venda da Vivo à Telefónica. O presidente da mesa da assembleia-geral não autorizou a inclusão da proposta da Telefónica de a PT dar um euro por acção aos seus accionistas. Mais do que ser uma proposta que só pode ser feita pelo conselho de administração, António Menezes Cordeiro considerou que estava a ser proposta a distribuição de bens da sociedade de forma ilegal, que poderia, mesmo, conduzir, se realizada, à sanção penal e cível da administração. A Telefónica disse ontem "estar em total desacordo com a decisão" de Menezes Cordeiro, mas não referiu se ia recorrer. Das decisões do presidente da mesa, os recursos seguem para tribunal.

No despacho, divulgado ontem, o presidente da mesa da assembleia-geral explica que está em jogo a distribuição de bens da própria sociedade, que tem regras restritivas. É que "uma maioria circunstancial de accionistas pode, por esta via, descapitalizar uma sociedade, pondo em risco o seu futuro e fazendo perigar as situações dos credores sociais, dos fornecedores e dos trabalhadores". É que para esta distribuição de dividendos acontecer teriam as contas da PT estar aprovadas, depois de analisadas pela comissão de auditoria e revisor oficial de contas. O que não acontece nesta fase.

Considerando que a proposta da Telefónica foi feita "com apuro técnico e inteligentemente redigida", Menezes Cordeiro socorreu-se de três pareceres de juristas independentes para deixar cair a proposta de distribuição de um dividendo extraordinário. João Calvão da Silva, Eduardo Paz Ferreira e Pedro de Albuquerque secundam a decisão de Menezes Cordeiro, que fez questão de lembrar que à luz do direito português "o presidente da mesa é totalmente independente, quer perante o conselho de administração, quer em face dos accionistas, mesmo quando em maioria". Ainda assim, esta decisão de Menezes Cordeiro serve os interesses da administração da PT, que já se pronunciou contra a venda da Vivo pelo preço de 6,5 mil milhões de euros.

A proposta nem chega à assembleia-geral. Primeiro porque a distribuição de dividendos implica a

IDEIAS-CHAVE

DECISÃO DE MENEZES CORDEIRO SOBRE PROPOSTA

1 DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS SÓ PELO CONSELHO

A distribuição de resultados pressupõe a proposta de apresentação de contas. Tal só pode ser feito pela administração.

2 CONTAS NÃO FORAM APROVADAS, NÃO HÁ DIVIDENDOS

Neste caso, nem a administração pode propor a distribuição de dividendos, pois não há contas para apresentar e não há contas aprovadas, não sendo possível, em Junho de 2010, saber quais as bases financeiras da PT para que seja proposta a distribuição de dividendos.

3 ADMINISTRAÇÃO PODERIA SOFRER SANÇÕES

Caso fosse executada a decisão da proposta, o conselho poderia ficar sujeito a responsabilidades civil e criminal.

aplicação de resultados apresentados pela administração. "Os accionistas não podem apresentar propostas de aplicação de resultados: esse é o papel do conselho de administração". E, neste caso, nem o conselho poderia fazer a proposta de dividendos extraordinários, pois não tem as contas aprovadas. A Telefónica, na proposta, tinha referido que a distribuição aconteceria no final do exercício de 2010. Nem assim o presidente da mesa anuiu.

Uma decisão de aplicação dos resultados da venda da Vivo incorreria num pedido de nulidade, "o que automaticamente bloquearia qualquer distribuição". Os administradores "não a poderiam executar sob pena de serem pessoalmente responsáveis". O que causaria "graves danos para a sociedade e para a imagem nacional e internacional da PT, e, mal grado as boas intenções do proponente, com prejuízos avultados também para os accionistas aparentemente beneficiados".

Os accionistas, dia 30 de Junho, vão decidir "apenas" a rejeição ou aceitação da oferta da Telefónica.



Menezes Cordeiro | O presidente da mesa da assembleia geral não se pronunciou sobre a apresentação da proposta fora do tempo.

O presidente da mesa não deve nem aceitar, nem pôr à discussão, nem submeter à votação propostas de deliberação nulas.

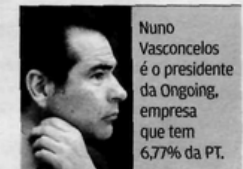
Decorreriam graves danos para a sociedade e para a imagem internacional da PT.

MENEZES CORDEIRO
Presidente da mesa da AG

Ongoing diz ser "facilitadora de negócios"

Nuno Vasconcelos é o accionista da Portugal Telecom que mais tem falado da oferta feita pela Telefónica para comprar a posição da operadora portuguesa na Vivo por 6,5 mil milhões de euros. Ontem, deu uma entrevista à "Exame online", onde mais uma vez fez valer o argumento de que o preço era baixo. Na semana passada, Nuno Vasconcelos, presidente da Ongoing, falava de esta proposta ser uma saída da PT do Brasil com as mãos a abanar. Ontem dizia "não é muito dinheiro".

Mas, Nuno Vasconcelos não fechou a porta a uma possível venda da Vivo. "Sou um homem de negócios". Ainda que a este valor a Ongoing vote contra, "ao



contrário do que possa parecer nós somos facilitadores de negócios. Vamos optar pelo que for bom para a PT, para seus accionistas e para o mercado de telecomunicações no Brasil". A audiência de ontem era brasileira.

E falou de possibilidades. Entrar na Oi é uma delas. A outra: "Vender a Vivo é sempre uma possibilidade". Juntar a Vivo a outra operadora é mais uma possibilidade. O que para Nuno Vasconcelos não devia ser possível era a Telefónica ficar com a Vivo e, ao mesmo tempo, com um pé na TIM.

Para o presidente da Ongoing, empresa que detém 6,77% da PT, é a "Telefónica que está desesperada". Mas a Ongoing diz que a PT deve ficar no Brasil, pois é um país em alta e, por essa via, dá garantias de uma estratégia de longo prazo em termos de crescimento.

A entrevista de Nuno Vasconcelos foi publicada no dia seguinte ao comentário de Marcelo Rebelo de Sousa, que considerou ter havido um sinal estranho da Ongoing de que poderia vender por sete a 7,5 mil milhões de euros.

Nuno Vasconcelos já havia referido que a este preço não vendia, o que deixa em aberto a sua posição caso a Telefónica venha a subir o valor. A assembleia-geral que vai decidir a rejeição ou aceitação da oferta da operadora espanhola está marcada para 30 de Junho.